

UMA CASA CHEIA DE goteiras

O encanamento é velho e cheio de furos, o teto tem goteiras, a fechadura não tranca direito, a geladeira só resfria durante algumas horas. A maioria dos consertos é urgente e essencial para a qualidade de vida dos moradores, mas eles, atolados em dívidas, não conseguem garantir renda suficiente sequer para pagar os juros do cheque especial. Ressalvadas as proporções, é mais ou menos isso que acontece com o Brasil. Apesar de todo arrocho a que foi submetido nos últimos anos, poupanço pelo menos 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), e da gula com que ataca trabalhadores e empresas por meio de impostos, o país não é capaz de fechar suas contas e, por tabela, atender a todas as suas necessidades.

Um dos maiores sorvedouros de dinheiro está na conta dos juros que o governo paga para financiar a dívida pública, inviabilizando o crescimento econômico e reduzindo a capacidade de investir em obras essenciais, como as de saneamento básico, construção e reformas de estradas e escolas. Rolada com títulos públicos, uma espécie de nota promissória com garantia do governo, a dívida carrega consigo dificuldades inerentes ao tratamento adotado. Metade dos títulos são atrelados à taxa básica de juros (Selic), atualmente em 18% ao ano. Descontada a inflação, de aproximadamente 6%, o Brasil paga 12% de juros líquidos. É um ritmo galopante para o endividamento, que mina o esforço fiscal do país. Além disso, cerca de 40% dessas "notas promissórias" têm vencimento de até um ano, o que obriga a constante emissão de mais títulos para cobrir o pagamento nas datas acordadas.

"O tamanho da dívida pública é extremamente grave, resulta em sérias consequências", diz o economista Raul Velloso, especialista no tema. E o pior é que estamos chegando no limite dos mecanismos do gerenciamento de curto prazo, que prevalece no Brasil há pelo menos 20 anos. "Não é possível mais elevar a receita com impostos, os gastos obrigatórios já subiram ao limite e os não-obrigatórios, que incluem investimentos, chegaram ao fundo do poço", diz Velloso. É cada vez maior o consenso sobre a questão da dívida ser essencial, o que remete a discussão à importância da política fiscal — ou seja, de que forma serão recolhidos e distribuídos os recursos, e como isso será revertido nos serviços à população.

O processo de estabilização da economia só será duradouro se o Brasil enfrentar a questão fiscal. É crucial. Se não tivermos condições

de conter os gastos correntes, fazê-los crescer menos que o PIB, vamos para uma situação que só vai ser resolvida de três formas: chamando a inflação de volta, aumentando o endividamento — o que não temos mais margem — ou elevando a carga tributária, o que também é inviável", avalia o presidente da Confederação Nacional da Indústria e deputado federal, Armando Monteiro Neto.

Proposta perdida

Posto objetivamente, parece lógico suportar que a identificação do problema conduziria às medidas necessárias e cada vez menos adiáveis. Recentemente a área econômica do governo sugeriu uma dessas medidas (metas para o gasto em custeio pelos próximos dez anos) no que poderia ser o início de um projeto de política de ajuste fiscal de longo prazo. Não avançou. As divergências entre os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, a favor, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, contra, abortaram a discussão.

Na prática, mesmo com consenso sobre o problema, ninguém parece disposto a arcar com o ônus de sugerir propostas impopulares, como a redução das aposentadorias integrais no funcionalismo ou novos aumentos no período de contribuição e nas idades mínimas no INSS. Ou mesmo a desvinculação entre o aumento do salário mínimo e os benefícios previdenciários.

"O problema fiscal é muito sério. Mas não há nenhum sinal claro de que algo vai mudar na atual política de ajuste das contas públicas. Tem um problema político. Nossa sociedade, e isso não é privilégio do Brasil, não tem noção do custo que é sustentar gastos como esses, com aposentadorias de marajás, obras erradas, ineficiência", diz o economista-chefe da consultoria Global Invest, Pedro Paulo

Bartolomei da Silveira. O governo destina um terço do PIB para financiar seus gastos. Considerando o pagamento de juros, o valor passa a 40%.

Amarras

É verdade que todos os esforços empreendidos pelo governo trouxe algum fôlego na questão fiscal. Mas ainda é preciso avançar muito. A relação entre a dívida e o PIB caiu quase seis pontos percentuais em relação a 2002, quando acabou a administração Fernando Henrique Cardoso, mas se mantém acima de 50%, nível inaceitável para uma economia que se diz sólida. Além disso, o

setor público se debate em meio ao excesso de vinculação de receitas, que tira a maior parte das margens de manobra na gestão de recursos. Cerca de 95% das receitas do país devem ser aplicadas, conforme manda a Constituição, em áreas como saúde, educação e Previdência, e na partilha com estados e municípios.

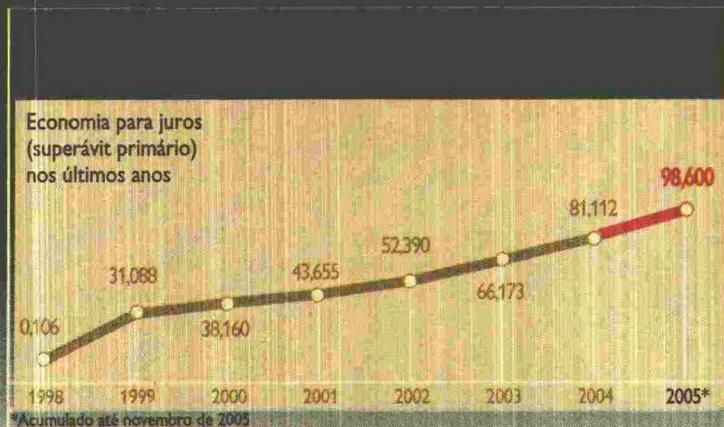
É aí que mora a dificuldade. O controle dessas despesas é mais complexo por envolver aspectos políticos e sociais. A Previdência requer intensas negociações no Congresso e reformas constitucionais de difícil alcance. Enquanto as transferências aos governos municipais e estaduais são terreno fértil para infundáveis disputas do governo federal com prefeitos e governadores.

"As mudanças são extremamente impopulares. Como você vai passar no Congresso Nacional medidas como aumento da idade dos aposentados em uma sociedade que é vista como oprimida e pobre?", questiona o economista da Mauá Investimentos, Caio Megale. "Reformas só conseguem ser aprovadas no primeiro ano de cada governo; 2006 está perdido. Fica para 2007", completa.

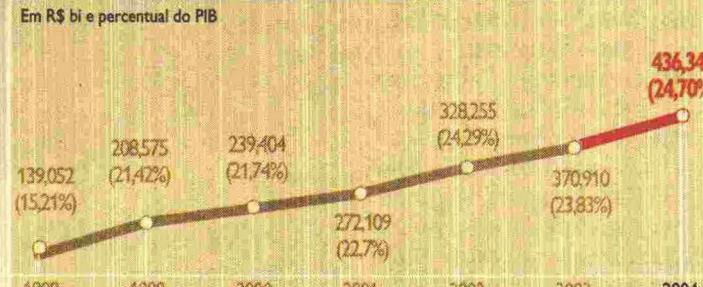
Como sugere o professor Simão Davi Silber, do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP), não se trata de um campo com muitas alternativas. "O controle das despesas não é a melhor forma de ajustar as contas públicas. É a única." Afinal, outras opções implicam no aumento do endividamento, na venda de patrimônio público, ou na emissão de papel moeda, que geraria inflação. O ajuste tradicional, de aumento da carga tributária, tampouco resta como alternativa, pois atinge com lamentável força o setor produtivo, a produção e comércio de bens e serviços, o que enfraquece o potencial de crescimento do Brasil, a criação de empregos e a distribuição de renda.



AS CONTAS PÚBLICAS O entra e sai de dinheiro dos cofres públicos



Arrecadação de impostos pelo governo federal



Despesas com pessoal e encargos sociais

